

IDENTIFICADO A VEGETAÇÃO EXISTENTE NO LOTE; 3- REPRESENTAR EM PECAS GRAFICAS BEM COMO IDENTIFICAR PELO NOME CIENTIFICO OU POPULAR A VEGETAÇÃO EXISTENTE DENTRO DO LOTE.

2015-0.314.330-5 LOURIVAL BOGOLENTA

COMUNICAR AO INTERESSADO: AS NOVAS PECAS GRAFICAS APRESENTADAS ATENDEM AS DIRETRIZES IMPOSTAS PELO CONPRESP PARA O LOCAL EM QUESTÃO. PORÉM, CONFORME JA COMUNICADO, POR TRATAR-SE DE PEDIDO DE REGULAZAÇÃO AS INTERVENÇÕES QUE PRETENDEM REGULARIZAR, INCLUINDO AQUELAS PARA ATENDIMENTO DE EXIGÊNCIAS DO CONPRESP, DEVERÃO ESTAR TOTALMENTE IMPLANTADAS E DEVIDAMENTE COMPROVADAS POR MEIO DE RELATORIO FOTOGRAFICO PARA EMISSÃO DO PARECER CONCLUSIVO.

2016-0.064.978-1 PAULISTANIA IMOVEIS E ADMINIST. IMOBILIARIA LTDA.

COMUNICAR AO INTERESSADO: 1- APRESENTAR EM TODAS AS PLANTAS A SITUAÇÃO DA EDIFICAÇÃO NO LOTE, INDICANDO OS LIMITES DO LOTE E A RUA TAGUA EM TODAS AS PECAS GRAFICAS; 2- NOS CORTES E FACHADAS INDICAR AS ALTURAS TOTAIS DA EDIFICAÇÃO E HACHURAS DE ÁREAS REGULARES OU A REGULARIZAR; 3- OBSERVAR ART. 5 DA RESOLUÇÃO 20/CONPRESP/2016 PARA A REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL.

FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL

GABINETE DO PRESIDENTE

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

. Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às 09h00 horas, reuniram-se em reunião ordinária, na sala de reuniões do 1º andar da Praça das Artes, os seguintes Conselheiros: Selma Quaresma da Silva, José de Souza Silva, Marcos Scarpi Costa, Diego da Silva e Victor Testa Carlini. Foram convidados a participar a Sra. Janaina Navero Hamati, Controller da Fundação Teatro Municipal de São Paulo, a Sra. Maria do Rosário Ramalho, Diretora-geral da Fundação Teatro Municipal de São Paulo e Barbara Krysttal Motta Almeida Reis da Controladoria Geral do Município. A presente reunião ordinária foi secretariada pela Senhora Carolina Paes Simão. O Presidente declarou abertos os trabalhos e apresentou a seguinte Ordem do Dia: 1) Situação geral das contas (relatório de acompanhamento da execução do orçamento, fluxo de caixa previsto e realizado, DVP, BP, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro) e atos da Administração (Atas de reunião do Conselho Deliberativo); 2) Controles Internos, eventuais recomendações da Controladoria Geral do Município e boas práticas de Governança Corporativa; 3) Assinatura da resposta oficial ao TCM sobre as razões para reprovação das contas da FTM no Exercício de 2015; 4) Ações tomadas pela FTM em relação à recuperação de valores apontados pelos Órgãos de Controle; 5) Apresentar e verificar as possíveis recomendações a serem feitas pelo CF em decorrência do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a FTM (D.O.C. – 21/10/2016 – Pg. 65 a 79); 6) Questionamentos acerca do processo de quebra do contrato de gestão em vigor, com a possibilidade de substituição da OS, em especial em decorrência da recente averiguação feita com o IBGC e a possibilidade de perda de sua qualificação como Organização Social; 7) Outros assuntos. A pedido dos Conselheiros foi solicitada a inversão da pauta, iniciando-se pelo seguinte item: 3) Assinatura da resposta oficial ao TCM sobre as razões para reprovação das contas da FTM no Exercício de 2015. Após aprovação da minuta, os Conselheiros assinaram o referido parecer que será encaminhado ao TCM pela Fundação Teatro Municipal em complemento à resposta já enviada. Ato contínuo, passou-se ao item 4 da Ordem do Dia - 4) Ações tomadas pela FTM em relação à recuperação de valores apontados pelos Órgãos de Controle. A Diretora Geral Maria do Rosário Ramalho informou que a recuperação de valores do Instituto Brasileiro de Gestão Cultural está sob responsabilidade do Ministério Público, sendo que alguns casos também estão no âmbito da Controladoria Geral do Município. Prosseguiu informando que o Sr. Carlos, advogado do Instituto, está em constante contato com o Promotor responsável pelo Inquérito, no sentido de auxiliar as investigações, e em paralelo a Fundação também tem acompanhado estas ações. Esclareceu que o IBGC aguarda conclusão do inquérito do MP para complementar eventuais cobranças de pendências financeiras identificadas pelo Instituto e não incluídas no inquérito. Aproveitou para informar que em agosto de 2016 o então Diretor da FTM, Sr Paulo Dallari, em razão da falta de disponibilidade financeira, enviou ofício ao IBGC comunicando a redução de valores da última parcela a ser repassada até dezembro e que em consequência disso foi elaborado o vigésimo aditamento, com valores reduzidos. No entanto, como não houve respectiva redução do plano de Trabalho e há necessidade de garantir as atividades programadas e o pagamento de salários, o IBGC apresentou pedido de reconsideração e de suplementação. Foi solicitada uma auditoria pela Controladoria Geral do Município para analisar as contas para pagamento de salários do Instituto. Somente com essa análise será possível a celebração de um aditamento ao Contrato de Gestão, retornando o valor original previsto no 19º Aditamento firmado. Nesse momento, questiona-se se o Instituto encaminha o fluxo de caixa à Fundação. A Sra. Janaina Navero Hamati informa que sim, sendo tal fluxo encaminhado mensalmente à Fundação. Após, passou-se aos itens 5 e 6 da Ordem do Dia - 5) Apresentar e verificar as possíveis recomendações a serem feitas pelo CF em decorrência do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a FTM (D.O.C. – 21/10/2016 – Pg. 65 a 79); 6) Questionamentos acerca do processo de quebra do contrato de gestão em vigor, com a possibilidade de substituição da OS, em especial em decorrência da recente averiguação feita com o IBGC e a possibilidade de perda de sua qualificação como Organização Social. Após a Sra. Janaina Navero Hamati explicar a sua atuação nestes meses na Fundação e no Instituto, no que diz respeito à proceduralização de controle e fiscalização, a Diretora-Geral Maria do Rosário Ramalho acrescentou que o Instituto neste momento também está se adaptando com a sua nova diretoria. O Conselheiro Marcos Scarpi Costa comentou que dos três relatórios recebidos pela Fundação, o relatório da CPI foi o mais incisivo no sentido de examinar a continuação do contrato de gestão. O Presidente e Conselheiro Victor Testa Carlini entende ser imprudente romper o Contrato de Gestão neste momento, porém também afirma ser estranho opinar pela continuidade do Contrato, diante de todas as irregularidades já apontadas. O Presidente e Conselheiro Victor Testa Carlini prossegue informando que o papel do Conselho Fiscal é justamente de fiscalizar e não tomar decisões administrativas. O Conselho não tem a prerrogativa de solicitar a rescisão de determinado contrato, porém, há razões que justificam a quebra do Contrato de Gestão. A Diretora Geral Maria do Rosário Ramalho informou que a recontração do Instituto não é um assunto em pauta até porque o edital para contratação de uma OS está sendo elaborado. O

Conselheiro Marcos Scarpi Costa informa que na última reunião deste Conselho houve esclarecimentos e razões para que não houvesse a quebra do Contrato de Gestão. Segundo avaliação do conselheiro, com a elaboração de um novo edital, com consulta pública, a Administração da Fundação está tomando as medidas necessárias para uma nova contratação. A Diretora Geral Maria do Rosário Ramalho ressalta que se deve levar em consideração o impacto que a quebra do Contrato de Gestão poderia causar neste momento, como a interrupção das atividades do Teatro e a demissão de todos os corpos artísticos. Ato contínuo, passou-se aos itens 1 e 2 da Ordem do Dia - 1) Situação geral das contas (relatório de acompanhamento da execução do orçamento, fluxo de caixa previsto e realizado, DVP, BP, Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro) e atos da Administração (Atas de reunião do Conselho Deliberativo); 2) Controles Internos, eventuais recomendações da Controladoria Geral do Município e boas práticas de Governança Corporativa. O Conselheiro Marcos Scarpi Costa levantou a questão de que num eventual não repasse de recursos por parte do Tesouro, perguntou de que maneira a Fundação se readequará. O Conselheiro Diego da Silva informou que uma das medidas adotadas, foi a utilização de cancelamentos de empenhos para prorrogação de contratos básicos, e a não contratação dos serviços de segurança, limpeza e ar condicionado pela FTM. Tais contratos continuam vigendo pelo Instituto. A nova contratação apenas se concretizará no próximo ano, conforme orientação da nova gestão se for o caso. O Presidente e Conselheiro Victor Testa Carlini questionou se a Fundação e o Instituto irão manter o Plano de Trabalho. A Diretora Geral Maria do Rosário Ramalho informou que sim, e que o Instituto pretende conseguir um empréstimo de pequeno valor, para cumprir com os compromissos assumidos. Ficou decidido que na próxima reunião, agendada para o dia 02 de dezembro, às 9h00, haverá uma apresentação do orçamento e as medidas tomadas pela Fundação para o término do ano, bem como demonstração de arrecadações pelo IBGC. Após, passou-se ao item 7 da Ordem do Dia - 7) Outros assuntos. (i) Destituição de membros da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização constante da Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo. O Conselheiro José de Souza Silva quis deixar registrado que os membros que compunham a Comissão já haviam apresentado o seu desligamento à Diretoria Geral da Fundação meses antes da realização da reunião do Conselho Deliberativo. Ainda no que diz respeito a esta Comissão, os membros do Conselho Fiscal entendem não haver sentido que em sua composição haja obrigatoriamente um membro do Conselho Fiscal, tendo em vista que por ser membro da Comissão verificaria o seu próprio relatório no Conselho Fiscal. Solicitam uma revisão da legislação neste sentido. (ii) Remuneração dos Membros dos Conselhos da Fundação. Tendo em vista a remuneração prevista em lei, os Conselheiros entendem que o valor pago pela participação está muito aquém ao que vem sendo praticado por outros órgãos da Prefeitura. Levando em consideração a responsabilização dos Conselhos nos relatórios de auditoria, tal ponto da legislação também deveria ser revisto. (iii) Desligamento do Conselheiro José de Souza Silva. Foi formalizado o pedido de desligamento do Conselheiro José de Souza Silva tanto do Conselho Fiscal como da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização. A Diretora Geral Maria do Rosário Ramalho agradeceu o empenho do Conselheiro em todos estes anos como membro do Conselho e da Comissão. O Presidente e a Secretária fizeram um resumo dos trabalhos do dia, bem como das deliberações e agradeceram a participação de todos os presentes. Encerrada a reunião foi lavrada a presente ata, após lida, foi aprovada pelos Conselheiros e Convidados presentes.

São Paulo, 28 de outubro de 2016.
 Victor Testa Carlini Presidente
 Selma Quaresma da Silva
 Marcos Scarpi Costa
 Maria do Rosário Ramalho
 Barbara Krysttal Motta Almeida Reis
 Carolina Paes Simão Secretária
 José de Souza Silva
 Diego da Silva
 Janaina Navero Hamati

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

. Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às 10h00 horas, reuniram-se em reunião ordinária, na sala de reuniões do 1º andar da Praça das Artes, os seguintes Conselheiros: Selma Quaresma da Silva, Diego da Silva e Victor Testa Carlini. Foram convidados a participar a Sra. Janaina Navero Hamati, Controller da Fundação Teatro Municipal de São Paulo, a Sra. Maria do Rosário Ramalho, Diretora-geral da Fundação Teatro Municipal de São Paulo e Barbara Krysttal Motta Almeida Reis da Controladoria Geral do Município. A presente reunião ordinária foi secretariada pela Senhora Carolina Paes Simão. O Presidente declarou abertos os trabalhos e apresentou a seguinte Ordem do Dia: 1) Aprovação da Ata da 16ª Reunião Ordinária deste Conselho; 2) Apresentação do orçamento realizado e executado no ano de 2016 pela FTMS; 3) Apresentação dos valores arrecadados pelo IBGC até o momento; 4) Apresentação da consulta bem como sua resposta formulada pela FTMS à Procuradoria Geral do Município no que diz respeito à participação de um membro do Conselho Fiscal na Comissão de Acompanhamento e Fiscalização; 5) Outros assuntos. Ato contínuo, passou-se ao item 1 da Ordem do Dia - 1) Aprovação da Ata da 16ª Reunião Ordinária deste Conselho. O Presidente solicitou que este item fosse adiado. E informou que em breve circulará a minuta da Ata com sugestões aos Conselheiros. Ato contínuo, passou-se ao item 2 da Ordem do Dia - 2) Apresentação do orçamento realizado e executado no ano de 2016 pela FTMS. O Conselheiro Diego da Silva iniciou a apresentação a respeito do orçamento liberado e executado pela FTMS. O material contendo as informações da apresentação será encaminhado aos demais Conselheiros. Neste momento, a Diretora-Geral Maria do Rosário Ramalho solicitou a palavra para explicar a respeito da celebração do 21º Termo Aditivo com o Instituto Brasileiro de Gestão Cultural - IBGC. Informou que antes da celebração do referido aditivo foram realizadas consultas à Procuradoria Geral do Município bem como à Controladoria Geral do Município para que fosse comprovada a real necessidade do repasse previsto no início do ano de 2016. O referido aditamento foi firmado discriminando as despesas a serem realizadas. Em continuidade, passou-se ao item 3 da Ordem do Dia - 3) Apresentação dos valores arrecadados pelo IBGC até o momento. A Sra. Janaina Navero Hamati iniciou a apresentação a respeito dos valores arrecadados pelo IBGC. Em seguida explicou que neste ano de 2016 o IBGC passou a padronizar os resultados contidos nas demonstrações havendo consonância entre seus contratos e sistema financeiro. Os Conselheiros também receberam esta apresentação via e-mail. Após, passou-se ao item 4 da Ordem do Dia - 4) Apresentação da consulta bem como sua resposta formulada pela FTMS à Procuradoria Geral do Município no que diz respeito à participação de um membro do Conselho Fiscal na Comissão de Acompanhamento e Fiscalização. A consulta formulada à Procuradoria Geral do Município foi entregue aos Conselheiros. Para composição da

Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da FTMS preferem aguardar o início da próxima gestão para indicarem um membro a compor a referida Comissão. 5) Outros assuntos. Foi apresentada aos Conselheiros a indicação do novo membro pela Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, o Sr. Diogo de Tullio Vasconcelos, RF: 816.408/8 em substituição ao Sr. José de Souza Silva. O Presidente agradece a indicação e informa que tentará marcar outra reunião deste Conselho ainda este ano para que o Sr. Diogo possa participar. O Presidente e a Secretária fizeram um resumo dos trabalhos do dia, bem como das deliberações e agradeceram a participação de todos os presentes. Encerrada a reunião foi lavrada a presente ata, após lida, foi aprovada pelos Conselheiros e Convidados presentes.

São Paulo, 09 de dezembro de 2016.
 Victor Testa Carlini Presidente
 Selma Quaresma da Silva
 Maria do Rosário Ramalho
 Barbara Krysttal Motta Almeida Reis
 Carolina Paes Simão Secretária
 Diego da Silva
 Janaina Navero Hamati

EDUCAÇÃO

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JACANÃ / TREMEMBÉ

DESPACHO DA DIRETORA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

Autorização para extração de cópias- Nathalia Brisolla de Mello – OAB SP nº 185337.

À vista do contido neste expediente, notadamente o requerimento da parte interessada, **AUTORIZO** a extração de cópias das folhas 572, 573, 605 e 817 a 832 do Processo Administrativo nº 2013-0.296.651-7, nos termos do Decreto nº. 51.714/10.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE FREGUESIA / BRASILÂNDIA

ADIANTAMENTO

APROVO, nos termos do art. 16, Decreto nº 48.592 de 06 de agosto de 2007 a Prestação de Contas de Processos de Adiantamento Bancário.

PROCESSO	VALOR	CPF	NOME DO RESPONSÁVEL
DEZEMBRO/2016			
2016-0.271.310-0	1.000,00	064.991.998-00	ELAINE DE OLIVEIRA PERES

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL

CADASTRO ÚNICO DAS ENTIDADES PARCEIRAS DO TERCEIRO SETOR – CENTS

2016-0.258.846-1 – ASSOCIAÇÃO TATIANA CORREIA DE SANTANA Com fundamento no Decreto nº 52.830/11, na Portaria SME nº 2.871/13 e nos termos da manifestação do Setor de Convênios/CENTS e da Assessoria Jurídica, fls. 43 e 44, DEFIRO a inscrição da ASSOCIAÇÃO TATIANA CORREIA DE SANTANA - CNPJ 05.155.638/0001-15, no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS.

2016-0.276.356-5 – ASSOCIAÇÃO PLENA FELICIDADE - Com fundamento no Decreto nº 52.830/11, na Portaria SME nº 2.871/13 e nos termos da manifestação do Setor de Convênios/CENTS e da Assessoria Jurídica, fls. 36 e 37, DEFIRO a inscrição da ASSOCIAÇÃO PLENA FELICIDADE - CNPJ 10.641.167/0001-95, no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS.

2016-0.246.174-7 – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DENTE DE LEÃO - Com fundamento no Decreto nº 52.830/11, na Portaria SME nº 2.871/13 e nos termos da manifestação do Setor de Convênios/CENTS e da Assessoria Jurídica, fls. 30 e 31, DEFIRO a inscrição da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DENTE DE LEÃO - CNPJ 25.319.619/0001-94, no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS.

2016-0.231.948-7 – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESTRELA AZUL - Com fundamento no Decreto nº 52.830/11, na Portaria SME nº 2.871/13 e nos termos da manifestação do Setor de Convênios/CENTS e da Assessoria Jurídica, fls. 37 e 38, DEFIRO a inscrição da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ESTRELA AZUL - CNPJ 11.143.616/0001-38, no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS.

2016-0.248.638-3 – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PROJETO AUREA - Com fundamento no Decreto nº 52.830/11, na Portaria SME nº 2.871/13 e nos termos da manifestação do Setor de Convênios/CENTS e da Assessoria Jurídica, fls. 44 e 45, DEFIRO a inscrição da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PROJETO AUREA - CNPJ 21.193.970/0001-20, no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS.

2017-0.012.724-8 – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TOQUE DE ESPERANÇA - Com fundamento no Decreto nº 52.830/11, na Portaria SME nº 2.871/13 e nos termos da manifestação do Setor de Convênios/CENTS e da Assessoria Jurídica, fls. 67 e 68, DEFIRO a inscrição da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE TOQUE DE ESPERANÇA - CNPJ 13.370.753/0001-30, no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE GUAIANASES

ADIANTAMENTO – PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADAS

O Diretor Regional de Educação de Guaianases, nos termos do disposto no artigo 16 do Decreto nº. 48.592 de 06 de agosto de 2007, **APROVA** a prestação de contas do processo de adiantamento da Unidade Orçamentária **16.21**, referente ao mês de **DEZEMBRO/2016**, conforme segue abaixo:

DRE	G	CPF
DRE – G – 16.21.12.122.3024.2100.33903900.00		
CEI's – 16.21.12.368.3010.2822.33903900.00		
Processo	Valor	Nome do Responsável
2016-0.271.156-5	RS 2.000,00	Dinaerte de Assis Junior
2016-0.270.930-7	RS 1.500,00	Maria Aparecida Moreira dos Santos
2016-0.270.961-7	RS 2.000,00	Elisabete Aparecida Ignácio Saldaña
2016-0.271.190-5	RS 2.300,00	Maria Eduarda de Souza
EMEI's – 16.21.12.368.3010.2822.33903900.00		
Processo	Valor	Nome do Responsável
2016-0.270.929-3	RS 4.000,00	Helen Thais Orlandeli Augusto
2016-0.270.926-8	RS 1.500,00	Claudia Regina Maia Moreira Passos
2016-0.270.934-0	RS 1.500,00	Maria Andrelina Antonio
EMEF's – 16.21.12.368.3010.2822.33903900.00		
Processo	Valor	Nome do Responsável
2016-0.271.804-7	RS 3.500,00	Andréa Matheus Ribeiro
2016-0.270.935-8	RS 1.500,00	Valéria Ferraz Monteiro de Oliveira
2016-0.271.150-6	RS 3.000,00	Gislene Cristina da Silva
2016-0.271.039-9	RS 3.000,00	Carlos Roberto Medeiros Cardoso
2016-0.271.192-1	RS 2.000,00	Niraci Pereira da Silva

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GABINETE DA SECRETÁRIA

REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DOC DE 27/01/17 – PÁG. 79 - SUPERVISÃO DE ASSISTENCIAL SOCIAL JAÇANA - TREMEMBÉ – SAS /JT - DESPACHO DE REINSCRIÇÃO NO CENTS

A SUPERVISORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL da Supervisão de Assistência Social Jacanã-Tremembé / SAS-JT, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei Municipal 14.469 de 2007, Decreto nº 52.830 de 1º/12/11 e com base na Portaria nº 66/SMADS/2016. DEFIRO a REINSCRIÇÃO da Organização Social da sociedade civil: **MOVIMENTO UNIFICADO DE DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE RUA – CNPJ 71.738.645/0001-74** no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor (CENTS), pelo período de 01 (um) ano a partir da data do despacho, ou seja **26/01/2017**.

SUPERVISÃO DE ASSISTENCIAL SOCIAL JAÇANA - TREMEMBÉ – SAS /JT - DESPACHO DE REINSCRIÇÃO NO CENTS

A SUPERVISORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL da Supervisão de Assistência Social Jacanã-Tremembé / SAS-JT, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei Municipal 14.469 de 2007, Decreto nº 52.830 de 1º/12/11 e com base na Portaria nº 66/SMADS/2016. DEFIRO a REINSCRIÇÃO da Organização Social da sociedade civil: **NUCLEO ASSISTENCIAL FRATENIDADE – CNPJ 58.930.447/0001-40** no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor (CENTS), pelo período de 01 (um) ano a partir da data do despacho, ou seja **26/01/2017**.

REPUBLICADO POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DOC DE 27/01/2017 PAGINA 79 2014-0.283.345-4 – SAS / SA - DESPACHO DE RECADASTRAMENTO NO CENTS

A SUPERVISORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL da Supervisão de Assistência Social de Santo Amaro - SAS/SA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei Municipal 14.469 de 2007, Decreto nº 52.830 de 1º/12/11 e com base na Portaria nº 66/SMADS/2016, DEFIRO a REINSCRIÇÃO da organização da sociedade civil: **Associação Beneficente a Mão Branca de Amparo aos Idosos - CNPJ 62.299.169/0001-41** no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor (CENTS), pelo período de 1 (um) ano a partir da data do despacho, ou seja **27/01/2017**.

SUPERVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL FREGUESIA DO Ó – SAS/FÓ

DESPACHO DE RECADASTRAMENTO NO CENTS Considerando o estabelecido no Decreto nº 52.830 de 1º/12/11 que Reorganiza o Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS, na Portaria nº 32 E 33/ SMADS/2014 que delega as SAS a competência de autorizar a inscrição ou recadastramento no CENTS de organizações certificadas nas SMADS e com base nas informações dos setores competentes, autorizo o recadastramento da entidade/organização **ASSOCIAÇÃO ANTONIO E MARCOS CAVANIS** no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS , CNPJ 75.637.256/0007-70, a partir de **27.01.2017** .

COMUNICADO 01/2017/SAS CASA VERDE/ CACHOEIRINHA – DESIGNAÇÃO DE TÉCNICOS SUPERVISORES DE SERVIÇOS CONVENIADOS

A Supervisora da Supervisão de Assistência Social CASA VERDE/CACHOEIRINHA - SAS/CV, no uso das suas atribuições, DESIGNA os Técnicos Supervisores dos serviços socioassistenciais, conforme previsto na Portaria nº 07/SMADS/2010, de 09 de março de 2010.

- Este Comunicado substitui o anteriormente publicado.
- TÉCNICO: JULIANA RODRIGUES LIBERADO – RF. 788.209.2
- SERVIÇOS: CCA SEFRAS Peri CCA Caminhando para o Futuro CCA N. Sra. Aparecida CCA São José CJ Eucaliptos SASF Cachoeirinha
- TÉCNICO: GISELI CRISTINA RODRIGO – RF. 687.568.8
- SERVIÇOS: CCA Santo Expedito CCA Mary CCA Téliia Girotti CCA Centro Social São José CCA FORHUM Lar CCA Menino Deus CJ Casa Jesus, Amor e Caridade CJ São José
- TÉCNICO: PATRICIA SIMONE DE SÃO PEDRO SAMPAIO SILVESTRE – RF. 777.782.5
- SERVIÇOS: CCA ACM Norte NCI Viver Bem
- TÉCNICO: EDNÉIA IZIDORO XIMENES – RF. 770.229.8
- SERVIÇOS: CCA Santa Olímpia NCI Santo Expedito
- TÉCNICO: CAMILA FELICE JORGE – RF. 778.449.0
- SERVIÇOS: SAICA Casa das Expedições SAICA Lar de Elisinha SAICA Casa Verde SAICA Peruche República Jovem Casa Verde Família em Foco SPSCAVV
- TÉCNICO: MIRELA FERRAZ – RF. 777.758.2
- SERVIÇOS: ILPI Casa Verde Centro Dia para Idosos SEAS NPJ Casa Verde Centro de Defesa e Convivência da Mulher CISM II Centro de Acolhida para Mulheres Vítimas de Violência Casa Maria Rosa MSE/MA Vila Nova Cachoeirinha MSE/MA Cachoeirinha CAE p/ Idosos Casa Verde Centro de Acolhida Casa Verde NAISP/ NACEME
- TÉCNICO: FABIANA GOMES PAIVA – RF. 777.699.3
- SERVIÇOS: CCA Thomaz Gouveia Netto CCA São Francisco das Chagas CCA Jd. Peri CCA Jardim Antártica NCI São Francisco de Assis